Resultado da_Agenda Legislativa

De 27/05/2024 até 31/05/2024

Congresso Nacional

28/05/2024 – terça-feira

13:00

Sessão Plenária

Local	Objetivo	Status
Plenário da Câmara dos Deputados	Destinada à deliberação dos Vetos nos. 46 de 2021; 30 e 65 de 2022; 9, 14 (dispositivos 1 a 3, 5 a 53, 55 a 58, 61 a 64, 66, 67, 109 a 114, 116, 119 a 315, 317, 319 a 390 e 393 a 397), 18, 26 (dispositivos 3 e 5 a 10), 36 (dispositivo 3), 39, 41, 45 (dispositivo 10), 46 (dispositivos 1 a 3, 6, 8 a 12 e 14), 47 (dispositivos 9 a 17) e 48 de 2023; e 1, 4 (dispositivo 64) e 8 de 2024; PLNs nos. 1, 2 e 5 a 11 de 2024; e eleição complementar do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.	Encerrada

Proposições em pauta

Ordem: **1**
CN VET 46/2021 - (ESPECIAL)
Autor(a): Presidência da República
Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 2.108, de 2021 (nº 2.462/1991, na Câmara dos Deputados), que "Acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional), e dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais)".
Despachos: PLEN

Resultado:
[Deliberado] Resultado da matéria: Mantido na Câmara dos Deputados. O Veto deixa de ser submetido ao Senado Federal. Será feita comunicação ao Senhor Presidente da República. Votação nominal: Sim: 317 Não: 139 Abstenção: 4 Total: 460

Ordem: **3**
CN VET 65/2022 - (ESPECIAL)
Autor(a): Presidência da República
Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 1.293, de 2021, que "Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, a Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária e o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais (Vigifronteiras); altera as Leis nºs 13.996, de 5 de maio de 2020, 9.972, de 25 de maio de 2000, e 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 467, de 13 de fevereiro de 1969, e 917, de 7 de outubro de 1969, e das Leis nºs 6.198, de 26 de dezembro de 1974, 6.446, de 5 de outubro de 1977, 6.894, de 16 de dezembro de 1980, 7.678, de 8 de novembro de 1988, 7.889, de 23 de novembro de 1989, 8.918, de 14 de julho de 1994, 9.972, de 25 de maio de 2000, 10.711, de 5 de agosto de 2003, e 10.831, de 23 de dezembro de 2003".
Despachos: PLEN

Resultado:
[Deliberado] Resultado da matéria: Apreciação adiada.

Ordem: **4**
CN VET 9/2023 - (ESPECIAL)
Autor(a): Presidência da República
Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2023 (oriundo da MPV nº 1.151/2022), que "Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, a Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, e a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima".
Despachos: PLEN

Resultado:
[Deliberado] Resultado da matéria: Apreciação adiada.

Ordem: **5**
CN VET 14/2023 - (ESPECIAL)
Autor(a): Presidência da República
Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017 (nº 1.825/2022, na Câmara dos Deputados), que "Institui o Lei Geral do Esporte".
Despachos: PLEN

Resultado:
[Deliberado] Resultado da matéria: Apreciação adiada.

Ordem: **6**
CN VET 18/2023 - (ESPECIAL)
Autor(a): Presidência da República
Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2023 (oriundo da MPV nº 1.162/2023), que "Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei da Desapropriação), a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Lei do FGTS), a Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, a Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, e a Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022, e revoga dispositivos da Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021".
Despachos: PLEN

Resultado:
[Deliberado] Resultado da matéria: Apreciação adiada.

Ordem: **10**
CN VET 41/2023 - (ESPECIAL)
Autor(a): Presidência da República
Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 3.045, de 2022 (nº 4.363/2001, na Câmara dos Deputados), que "Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do "caput" do art. 22 da Constituição Federal, altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969".
Despachos: PLEN

Resultado:
[Deliberado] Resultado da matéria: Mantidos os dispositivos 41.23.01 a 41.23.07, 41.23.09, 41.23.10, 41.23.12 a 41.23.22, 41.23.26 e 41.23.29 a 41.23.31 na Câmara dos Deputados, deixam de ser submetidos ao Senado Federal. Rejeitados os dispositivos 41.23.08, 41.23.11, 41.23.23 a 41.23.25, 41.23.27, 41.23.28 e 41.23.32 na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Votação por cédula eletrônica Será feita comunicação à Presidência da República. Os dispositivos rejeitados vão à promulgação.

Ordem: **11**
CN VET 45/2023 - (ESPECIAL)
Autor(a): Presidência da República
Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 2.757, de 2022, que "Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, para dispor sobre a extinção de cláusulas resolutivas constantes de títulos fundiários, e dá outras providências".
Despachos: PLEN

Resultado:
[Deliberado] Resultado da matéria: Rejeitado o dispositivo 45.23.10 na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Votação por cédula eletrônica Será feita comunicação à Presidência da República. O dispositivo rejeitado vai à promulgação.

Ordem: **12**
CN VET 46/2023 - (ESPECIAL)
Autor(a): Presidência da República
Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 3.954, de 2023, que "Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para determinar o modo de disputa fechado nas licitações de obras e serviços que especifica, facultar a adesão de Município a ata de registro de preços licitada por outro ente do mesmo nível federativo, dispor sobre a execução e liquidação do objeto remanescente de contrato administrativo rescindido, permitir a prestação de garantia na forma de título de capitalização e promover a gestão e a aplicação eficientes dos recursos oriundos de convênios e contratos de repasse".
Despachos: PLEN

Resultado:
[Deliberado] Resultado da matéria: Apreciação adiada.

Ordem: **13**
CN VET 47/2023 - (ESPECIAL)
Autor(a): Presidência da República
Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 526, de 1999 (nº 6.299/2002, na Câmara dos Deputados, e devolvido ao Senado como PL nº 1.459/2022), que "Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental, de seus produtos técnicos e afins; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, e partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999".
Despachos: PLEN

Resultado:
[Deliberado] Resultado da matéria: Apreciação adiada.

Ordem: **14**
CN VET 48/2023 - (ESPECIAL)
Autor(a): Presidência da República
Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2018 (nº 116/2023, na Câmara dos Deputados), que "Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para vedar a incidência do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nos casos de transferência de mercadoria entre estabelecimentos do mesmo contribuinte".
Despachos: PLEN

Resultado:
[Deliberado] Resultado da matéria: Rejeitado no Senado Federal. Passa-se à deliberação na Câmara dos Deputados. Votação nominal: Sim: 21 Não: 44 Abstenção: 0 Total: 65 Resultado da matéria: Rejeitado na Câmara dos Deputados. O Veto vai à promulgação. Votação nominal: Sim: 164 Não: 284 Abstenção: 2 Total: 450

Ordem: **15**
CN VET 1/2024 - (ESPECIAL)
Autor(a): Presidência da República
Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2023, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências".
Despachos: PLEN

Resultado:
[Deliberado] Resultado da matéria: Rejeitados os dispositivos 01.24.01 a 01.24.10, 01.24.13, 01.24.14, 01.24.17, 01.24.18, 01.24.22, 01.24.23, 01.24.34 a 01.24.37, 01.24.40, 01.24.41 e 01.24.164 na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Votação por cédula eletrônica Será feita comunicação à Presidência da República. Os dispositivos rejeitados vão à promulgação. Objeto da deliberação: Dispositivos 01.24.011, 01.24.012, 01.24.015, 01.24.016, 01.24.019 a 01.24.021, 01.24.024 a 01.24.033, 01.24.038, 01.24.039, 01.24.042 a 01.24.047 e 01.24.53 a 01.24.163 e 01.24.165 a 01.24.310, destacados. Resultado: Mantidos na Câmara dos Deputados. Os dispositivos deixam de ser submetidos ao Senado Federal. Será feita comunicação à Presidência da República. Votação nominal: Sim: 244 Não: 177 Abstenção: 0 Total: 421 Objeto da deliberação: Dispositivos 01.24.48 a 01.24.52, destacados. Resultado: Rejeitados na Câmara dos Deputados. Passa-se à deliberação no Senado Federal. Votação nominal: Sim: 107 Não: 339 Abstenção: 1 Total: 447 Objeto da deliberação: Dispositivos 01.24.48 a 01.24.52, destacados. Resultado: Rejeitados no Senado Federal. Os dispositivos vão à promulgação. Votação nominal: Sim: 23 Não: 47 Abstenção: 0 Presidente: 1 Total: 71

Ordem: **16**
CN VET 4/2024 - (ESPECIAL)
Autor(a): Presidência da República
Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2023, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024".
Despachos: PLEN

Resultado:
[Deliberado] Resultado da matéria: Rejeitado o dispositivo 04.24.64 na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Votação por cédula eletrônica Será feita comunicação à Presidência da República. O dispositivo rejeitado vai à promulgação.

Ordem: **25**
CN PLN 10/2024 - (ESPECIAL)
Autor(a): Presidência da República
Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura e Pecuária, crédito suplementar no valor de R$ 182.039.027,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.
Despachos: CMO -> PLEN
Atual Relator(a): Zé Haroldo Cathedral

Resultado:
[Deliberado] Resultado da matéria: Aprovado na Câmara dos Deputados, na forma proposta pelo Poder Executivo, com o voto contrário do Partido Novo. Passa-se à votação no Senado Federal. Resultado da matéria: Aprovado no Senado Federal, na forma proposta pelo Poder Executivo. A matéria vai à sanção.

Senado Federal

27/05/2024 – segunda-feira

10:00

Sessão Plenária

Local	Objetivo	Status
Plenário do Senado Federal	Debater “A Tragédia no Estado do Rio Grande do Sul”.	Encerrada

28/05/2024 – terça-feira

09:30 **CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo**

11ª, Extraordinária – Semipresencial

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7	Sem objetivo declarado	Realizada

Proposições em pauta

Ordem: **2**

SF PL 1829/2019 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Carlos Eduardo Cadoca**
Altera as Leis nºs 6.009, de 26 de dezembro de 1973; 7.565, de 19 de dezembro de 1986; 9.610, de 19 de fevereiro de 1998; 11.771, de 17 de setembro de 2008; 12.462, de 4 de agosto de 2011; 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.146, de 6 de julho de 2015, para promover a modernização do turismo no Brasil; e revoga dispositivos da Lei nº 12.974, de 15 de maio de 2014, e a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977.
Despachos: CCJ -> **CDR** -> PLEN
Atual Relator(a): Davi (UNIÃO/AP)

Relatório
Pela aprovação do Projeto de Lei nº 1829 de 2019, com acolhimento parcial da Emenda nº 5-CCJ (SUBSTITUTIVO), que incorpora, total ou parcialmente, as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, as Emendas nºs 6 a 10-CDR e a Emenda n° 13-CDR, nos termos da Emenda Substitutiva apresentada.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL COM RESSALVAS
ARGUMENTAÇÃO: Análise de acolhimento das emendas apresentadas

Resultado:
Designado relator ad hoc, o Senador Flávio Bolsonaro, é lido o relatório e concedida vista coletiva nos termos regimentais.

Ordem: **4**

SF PL 3100/2023 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Jaime Bagattoli (PL/RO)**
Altera a Lei nº 7.827, de 29 de setembro 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro – Oeste – FCO, para autorizar a utilização de percentual de recursos no Programa Nacional de Crédito Fundiário.
Despachos: CDR -> **CRA** -> CAE (T)

Relatório
Pela aprovação nos termos do substitutivo e acolhimento parcial da Emenda 1-T.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO RELATÓRIO
ARGUMENTAÇÃO: Favorável ao substitutivo apresentado. A proposição se alinha às determinações de aplicação dos Fundos constitucionais regionais, bem como inclui como destinatários dos recursos indivíduos integrantes de setor produtivo constitucionalmente protegido. Importante frisar que a constitucionalidade da proposição está atrelada ao substitutivo minutado, pois a transferência de recurso de um Fundo federal poderia suscitar questionamentos diante do art. 159 da CF.

Resultado:
Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão favorável à matéria, nos termos da Emenda nº 2-[CDR] (Substitutivo) com acolhimento parcial da Emenda nº 1-T.

10:00 **CE – Comissão de Educação e Cultura**

29ª, Extraordinária – Semipresencial

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15	Sem objetivo declarado	Realizada

Proposições em pauta

Ordem: **1**

SF PL 5665/2023 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Professora Dorinha (UNIÃO/TO)**
Prorroga, até 31 de dezembro de 2028, a vigência do Plano Nacional de Educação aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.
Despachos: CE (T)

Relatório
Pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL
ARGUMENTAÇÃO: O Plano Nacional de Educação é uma Política Pública de Estado. O objetivo único é servir a nação como um todo, devendo ser pautada por um processo amplo, plural e transparente, bem como, acima de interesses político partidários de governos. Estamos falando sobre a educação de nossas crianças e jovens para os próximos 10 anos. A proposta de prorrogação para evitar qualquer prejuízo à educação brasileira enquanto se constrói um novo plano de maneira democrática, transparente e participativa.

Resultado:
Aprovado o projeto e a Emenda nº 1.

14:00 **CMA – Comissão de Meio Ambiente**

22ª, Extraordinária – Semipresencial

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15	Celebrar o dia nacional da caatinga e debater sobre as ações contra a desertificação	Realizada

Convidados

• **Nome**: Alexandre Henrique Bezerra Pires – **Cargo**: Diretor do Departamento de Combate à Desertificação da Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
• **Nome**: Cristina Farias da Fonseca – **Cargo**: Superintendente Substituta do Ibama em Pernambuco
• **Nome**: Francisco Carneiro Barreto Campello – **Cargo**: Diretor Executivo da Fundação Araripe
• **Nome**: Givânia da Silva – **Cargo**: Coordenadora da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos –CONAQ
• **Nome**: Maria Aparecida Mendes – **Cargo**: Mestre em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais/UnB
• **Nome**: Mônica Tejo – **Cargo**: Diretora do Instituto Nacional do Semi-Árido (INSA)

29/05/2024 – quarta-feira

09:00	**CMA - Comissão de Meio Ambiente**	
23ª, Extraordinária – Semipresencial		
Local	Objetivo	Status
Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15	Sem objetivo declarado	Realizada
Proposições em pauta		

Ordem: **1**

SF PDL 183/2020 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Paulo Rocha (PT/PA)**
Susta a Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020, que disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados.
Despachos: **CMA** -> CCJ -> PLEN
Atual Relator(a): Ana Paula Lobato (PDT/MA)

Relatório
Pela declaração de prejudicialidade dos Projetos de Decretos Legislativos nº 183, de 2020, e nº 187, de 2020.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO RELATÓRIO
ARGUMENTAÇÃO: Entende-se por materia vencida, revogada pela Instrução Normativa FUNAI n. 30, de 9 de agosto de 2023, que susta a norma da funai, que garante o direito de proprietários rurais de terem documento da Funai que ateste que os limites de suas propriedades não invadem reservas homologadas.

Resultado:
Adiado

Ordem: **2**

SF PDL 174/2021 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Fabiano Contarato (PT/ES)**
Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 12 de abril de 2021, do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
Despachos: **CMA** -> CCJ -> PLEN
Atual Relator(a): Delegado Alessandro Vieira (MDB/SE)

Relatório
Pela aprovação do PDL 174/2021 e pela prejudicialidade do PDL 194/2021.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO RELATÓRIO
ARGUMENTAÇÃO: Entende-se por materia vencida após a publicação da IN nº 19, de 2 de junho de 2023, do Ibama, e nº 9, de 23 de agosto de 2023, do Instituto Chico Mendes, que regulamenta o processo administrativo de apuração de infrações ambientais e suas respectivas áreas de atuação.

Resultado:
Adiado

Ordem: **5**

SF REQ 24/2024 CMA – (DIVERSOS)
Autor(a): **Wellington Fagundes (PL/MT)**
Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir ações preventivas diante das projeções climáticas que indicam seca severa para o bioma Pantanal.

Relatório

Resultado:
Aprovado

Ordem: **6**

SF REQ 25/2024 CMA – (DIVERSOS)
Autor(a): **Leila do Vôlei (PDT/DF)**
Requer a realização de ciclo de debates, em conjunto coom a CE, para debater e celebrar os 25 Anos da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA

Relatório

Resultado:
Aprovado

Ordem: **7**

SF REQ 26/2024 CMA – (DIVERSOS)
Autor(a): **Zequinha Marinho (PODE/PA)**
Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater incentivos à produção sustentável de biogás e biometano a partir de resíduos da agropecuária e urbano

Relatório

Resultado:
Aprovado